

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO ATUAL DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

INCLUSION OF PEOPLE WITH VISUAL IMPAIRMENTS IN HIGHER EDUCATION: A CURRENT STUDY OF ACADEMIC PRODUCTION

INCLUSIÓN DE PERSONAS CON DEFICIENCIA VISUAL EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: UNA REVISIÓN ACTUALIZADA DE LA PRODUCCIÓN ACADÉMICA

Renata Guinesi de Camargo¹
Karlla Tathyanne Coelho²

Resumo

Este artigo apresenta um mapeamento da produção acadêmica sobre a inclusão de estudantes com deficiência visual no Ensino Superior — realizado no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, entre 2010 a 2019. Entende-se por deficiência visual a perda parcial ou total da capacidade visual, em ambos os olhos, o que ocasiona uma alteração funcional mesmo com correção óptica ou cirúrgica. Nesse estudo, foram catalogadas as seguintes informações para esse levantamento de dados: instituição, ano de defesa, área de conhecimento e temáticas pesquisadas. Os resultados obtidos demonstraram um aumento no número de publicações em 2018 e uma expansão dos temas abordados em dissertações e teses; além disso, houve uma ampliação, também, das áreas que investigam o tema. A inclusão de alunos com deficiência visual é uma vertente da Educação Inclusiva pouco explorada e necessita de estudos aprofundados, para que esse direito seja legitimado qualitativamente e não apenas quantitativamente.

Palavras-chave: Ensino superior. Inclusão. Deficiência visual. Educação especial.

Abstract

This article presents a mapping of academic production on the inclusion of visually impaired students in higher education - survey carried out in the database of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations, between 2010 to 2019. Visual impairment is understood as the partial or total loss of visual capacity in both eyes, which causes a functional change even with the improvement of the optical or surgical correction. In this study, the following information was cataloged for this data collection: institution, year of defense, area of knowledge and research topics. The results obtained showed an increase in the number of publications in 2018 and an expansion of the themes covered in dissertations and theses; in addition, there was an expansion, also, of the areas that investigate the theme. The inclusion of visually impaired students is an aspect of Inclusive Education that is little explored and that needs further study, so that this right is legitimated qualitatively and not just quantitatively.

Keywords: Higher education. Inclusion. Visual impairment. Special education.

Resumen

Este artículo presenta un panorama de la producción académica sobre la inclusión de estudiantes con deficiencia visual en educación superior — realizado en el banco de datos de la *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações*, entre 2010 y 2019. Se entiende como deficiencia visual la pérdida parcial o total de la capacidad visual, lo que produce una alteración funcional, aun con corrección óptica o quirúrgica. En este estudio, se buscaron las siguientes informaciones en la recolección de datos: institución, año de defensa de la tesis, área del conocimiento y temática investigada. Los resultados demostraron un aumento en el número de publicaciones sobre el tema en el año 2018 y una expansión de los temas abordados en tesis de maestría y doctorado; hubo también ampliación de las áreas que tratan el tema. La inclusión de estudiantes con deficiencia visual es una vertiente poco

¹ Psicóloga, psicopedagoga, especialista em educação especial e tecnologias assistivas para deficiência visual. E-mail: reguinesi@gmail.com

² Orientadora.

explorada de la educación inclusiva y que requiere de estudios profundos, para que ese derecho sea legitimado en términos cualitativos y no limitado a datos cuantitativos.

Palabras-clave: Educación superior. Inclusión. Deficiencia visual. Educación especial.

1 Introdução

A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior já é uma realidade, ainda que esses contextos apresentem diversas barreiras.

O Censo Escolar registrou um aumento de 425% nas matrículas de 2003 a 2012. O número de estudantes — público da educação especial — matriculados em 2003 era de 5.078 e passou para 26.603 em 2012. No ano de 2016, o número de alunos com deficiência matriculados no ensino superior foi ainda maior com 35.891 matrículas.

Mesmo com esses dados, Pletsch e Leite (2017) reiteram que ainda são muitos os desafios a serem enfrentados pelas IES, assim como a necessidade de a academia investigar com afinco o tema.

Costa e Santos (2013, p.187) destacam que:

[...] para que a educação inclusiva seja implementada, é preciso que as Instituições de Ensino Superior criem condições para que os alunos com necessidades especiais sejam recebidos de forma satisfatória e efetivamente incluídos no processo educacional.

A educação superior representa para grande parte da população, e principalmente para os estudantes com deficiência, além do exercício da cidadania, a realização pessoal e a porta de entrada para a inserção no mercado de trabalho.

Dessa forma, a legislação brasileira também vem sofrendo mudanças para contemplar todos os alunos, sem distinção.

Segundo o *Plano Nacional de Educação Especial* (MEC, 2008) tem como objetivo: “O acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação nas salas regulares”.

O *Plano Nacional da Educação Especial* (MEC, 2008) ainda postula que:

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso a permanência e a participação dos estudantes. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (MEC, 2008, p.12)

É inquestionável que discussões no âmbito nacional contribuem para que as instituições de Ensino Superior avancem na construção de políticas públicas educacionais envolvendo o aluno com deficiência.

O presente trabalho tem como recorte a deficiência visual. A visão é um sentido importante para a integração entre o indivíduo e o espaço em que vive, já que os conhecimentos, em sua grande maioria, são adquiridos nesta relação.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2003), deficiência visual incluem categorias que vão desde a perda visual leve até a ausência de visão.

A cegueira pode ser classificada como cegueira congênita, quando a pessoa perde a visão antes dos cinco anos de idade, e cegueira adquirida, após essa idade.

Borges e Martins (2012) trazem a deficiência visual como uma perda parcial ou total da capacidade visual, em ambos os olhos, provocando alteração funcional mesmo quando se utiliza correção óptica ou cirúrgica.

Dessa maneira, são imprescindíveis estudos referentes a alunos com deficiência visual que frequentam o ensino superior. Nesse contexto, faz-se necessário conhecer quais são as produções científicas produzidas, onde e quando foram publicadas, quais as áreas de conhecimento que tem se debruçado e a temática. Por esse motivo, esta pesquisa analisou as produções científicas sobre inclusão de pessoas com deficiência visual no Ensino Superior publicadas no Brasil, no período entre 2010 a 2019.

Rever essa produção científica evidenciou o estágio atual de contribuição acadêmica referente à essa temática, bem como os avanços já percorridos.

2 Um pouco do percurso

Em 1990, o Brasil optou por um ensino inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, na Conferência Mundial da Unesco, e validou esse compromisso ao se tornar signatário da Declaração de Salamanca em 1994. (UNESDOC, 1998)

Para tanto, o sistema educacional brasileiro passou por diversas transformações, o que incluiu mudanças na legislação.

As profundas alterações sofridas na legislação educacional chegaram ao seu ápice com a decretação da Lei nº 9.384 em 20/12/96 —Lei de Diretrizes e Bases—, que definiu a educação especial como: “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996).

Em 2001, surge o decreto nº 3.956 que promulga a Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência, (BRASIL, 2001).

Já no ano de 2002, com a Lei nº 10.436/02, o Estado Brasileiro reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão e aprova diretrizes e normas para o uso, ensino, produção e difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino (BRASIL, 2002).

Em 2003, por meio da Portaria nº 3.284, os padrões de acessibilidade tornam requisito para o credenciamento das Instituições de Ensino Superior. Essa portaria é reforçada através do Decreto nº 5.296/04 que regulamenta a Lei nº 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário e acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2004).

No ano de 2005, a Lei nº 10.436/02 é regulamentada a partir do Decreto nº 5.626/05, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de libras em todos os cursos de licenciatura e fonoaudiologia, porém opcional para os demais cursos do ensino superior (BRASIL, 2005).

Ainda no ano de 2005, o Governo lança o programa Acessibilidade ao Ensino Superior-Incluir. Este programa determina a estruturação de núcleos de acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior Federais (BRASIL, 2005).

Em 2006, a partir do Decreto nº 6.949/09, o Brasil ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que estabelece o compromisso dos Estados em garantir acesso a um sistema educacional inclusivo para todos (BRASIL, 2009).

O MEC lança, no ano de 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Essa política define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis, etapa e modalidade de ensino (PORTAL MEC, 2008).

No ano de 2014, o Plano de Desenvolvimento da Educação determinou diretrizes, metas e estratégias para a política educacional, com o objetivo de ampliar o número de acesso e permanência de alunos com deficiência (BRASIL, 2014).

Como visto acima, a legislação brasileira apresentou avanços no acesso de alunos com deficiência no ensino superior. Tais avanços são passíveis de crítica, é o que afirmam Silva e Veloso (2013). Segundo as autoras, é necessário relacionar o acesso desses alunos à permanência e à formação qualificada. Esses aspectos são responsáveis em levantar

questionamentos nem sempre evidenciados nas ações das Instituições de Ensino Superior; além disso, reforça-se a ideia de novas pesquisas com dados empíricos mais refinados para avanço na temática em questão.

Castro (2011) aponta, em seus estudos, que apesar de verificar a operacionalização de muitas ações em relação à inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, ainda há barreiras arquitetônicas e atitudinais dentro das Instituições de Ensino Superior.

A presença do aluno com deficiência no ensino superior é um grande desafio. O processo de inclusão acontece a partir das reflexões sobre as práticas educacionais e experiências do dia a dia. Por esse motivo, buscaremos neste projeto, realizar um levantamento da produção científica realizada pela academia sobre a inclusão do aluno com deficiência visual no ensino superior.

2.1 A pesquisa

O presente estudo teve como objetivo analisar as produções científicas sobre inclusão da pessoa com deficiência visual no Ensino Superior publicadas no Brasil, considerando os últimos 9 anos (2010- 2019).

A busca dessas produções foi realizada durante os meses de setembro e outubro de 2019, a partir do banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações — entre o período de 2010 a 2019. Tal busca resultou em 104 produções acadêmicas. Após uma leitura minuciosa dos resumos e desconsiderando a duplicidade das produções, constatou-se que 31 produções acadêmicas atendiam aos critérios desta pesquisa.

Segundo André (2009), esses mapeamentos são fundamentais para acompanhar a construção de uma área do conhecimento, porque revelam as temáticas que permanecem ao longo do tempo — as que deixaram de ser foco de interesse, fornecendo elementos importantes para aperfeiçoar a pesquisa em um determinado campo do saber.

2.2 Resultados encontrados

A partir da análise das 31 produções acadêmicas pesquisadas, encontramos os seguintes dados:

- Sobre as Instituições de Ensino Superior em que foram produzidos esses trabalhos:

Instituições de Ensino Superior	Nº de Trabalho
--	-----------------------

Universidade de São Paulo	1
Universidade do Maranhão	1
Instituto Oswaldo Cruz	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	1
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1
Universidade Anhembi Morumbi	1
Universidade Federal do Triangulo Mineiro	1
Universidade Federal do Espírito Santo	1
Universidade de Fortaleza	1
Universidade Federal da Paraíba	3
Universidade Federal de São Carlos	2
Universidade Federal da Bahia	1
Universidade do Grande Rio- Duque de Caxias	1
Universidade Federal de Pelotas	1
Universidade Federal de Santa Maria	1
Universidade Federal do Ceará	5
Universidade Estadual de São Paulo - UNESP	3
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2
Universidade Federal do Sergipe	1
Universidade Federal de Minas Gerais	1
Universidade Oeste Paulista	1

As produções foram públicas por 21 Instituições de Ensino Superior diferentes, sendo 18 universidades públicas e 03 particulares. Do total de trabalhos produzidos, o maior número está nas Instituições de Ensino Superior públicas, com 28 trabalhos publicados —com destaque para a Universidade Federal do Ceará com 05 publicações.

- Sobre o ano das publicações:

Ano das publicações	Nº de Publicações
2010	1
2011	5
2012	5

2013	1
2014	5
2015	0
2016	4
2017	4
2018	6

O maior número de publicações aconteceu no ano de 2018. Esse dado demonstra que talvez sejam necessários mais estudos sobre essa temática, visto que podemos comparar o aumento de publicações com o aumento significativo de matrículas de alunos com deficiência no ensino superior.

- Sobre as áreas de conhecimento das produções:

Área	Nº de trabalhos
Educação	23
Ciências Sociais	1
Ciências Biológicas	1
Administração Pública	1
Letras	1
Matemática	1
Serviço Social	1
Filosofia	1
Design	1

Conforme observamos na tabela acima, a área que mais produziu conhecimento sobre o tema pesquisado foi a área da Educação, com 23 trabalhos apresentados. As demais áreas foram: Ciências Sociais, Ciências Biológicas, Administração Pública, Letras, Matemática, Serviço Social, Filosofia e Design. Embora de forma incipiente, esses dados mostram a colaboração de outras áreas na temática, o que nos sinaliza novas dimensões na produção de pesquisa em deficiência visual no ensino superior.

- Sobre as temáticas, 97 temáticas foram estudadas:

Temáticas de estudo	Nº de trabalhos
Acesso e Permanência	11
Inclusão e Políticas Públicas	6
Material didático/ Metodologia de ensino	5
Percepções dos alunos com e sem deficiências e professores	4
Tecnologia assistiva	1
Trajetória escolar	1
Acessibilidade arquitetônica	1
Formação de professores	1
Acesso e Permanência	1

Dentre os temas mais estudados, 11 apresentaram o foco em Acesso e Permanência, seguido de 06 trabalhos que se debruçaram sobre a Inclusão e Políticas Públicas. Materiais Didáticos e Metodologia de Ensino apareceram em terceiro lugar.

3 Conclusão

Pode-se dizer que o número de estudantes com deficiência tem aumentado nas Instituições de Ensino Superior, a partir das políticas educacionais. Assim, faz-se necessário o desenvolvimento de pesquisas que possam contribuir para os avanços essenciais efetivar a inclusão desses alunos.

O presente trabalho teve como objetivo analisar as produções científicas sobre inclusão de pessoas com deficiência visual no Ensino Superior nos últimos 9 anos, já que o número de alunos com deficiência no Ensino Superior tem aumentado ano após ano.

Algumas considerações devem ser feitas a partir dos dados encontrados. O Ensino Superior tem como finalidade não só a formação de recursos humanos, mas também na geração de conhecimento científico. As instituições de Ensino Superior Públicas (Federal e Estadual) são as que mais estudaram essa temática, porém não foi encontrado aumento nas publicações de um ano para outro, referente ao tema pesquisado — nos dois últimos anos, o número de publicações referente ao tema pesquisado é o mesmo. Esses dados mostram que o avanço da produção científica nesta área ainda está muito abaixo da demanda estudantil, que cresce de forma acelerada como apontado no início deste artigo.

A área de conhecimento que mais produziu sobre Inclusão de Pessoas com Deficiência Visual no Ensino Superior foi a Educação, porém a partir dos dados obtidos, pudemos

identificar um avanço científico envolvendo outras áreas que também começam a se preocupar com a chegada do aluno com deficiência visual no Ensino Superior, tais como: Design, Matemática, Ciências Biológicas, Letras, Filosofia, Ciências Sociais, Administração Pública.

As temáticas que mais aparecem nos trabalhos pesquisados foram: Acesso e Permanência, seguida de Inclusão e Políticas Públicas e em terceiro: Materiais Didáticos/ Metodologia de Ensino. Já as pesquisas que focam na Formação de Professores, buscam compreender os desafios que a profissão encontra na inclusão de estudantes com deficiência, analisando e revendo a prática docente diante desse desafio e na construção de saberes para atuar com alunos com deficiência, apareceu apenas uma vez. Embora as instituições de Ensino Superior se preocupem com a acessibilidade do aluno, a preocupação em preparar o professor não tem sido foco dos estudos. O fato de produzir conhecimento nesta área reforça a preocupação com a qualidade de ensino, que será ofertado para o aluno e não mais só a quantidade de alunos que acessam o Ensino Superior.

Comparando tais dados com os encontrados por Bueno (2013), houve uma ampliação significativa nos temas abordados nas produções científicas. No período de 1987 a 2006, a maioria das pesquisas estudou dos processos de inclusão de estudantes com deficiência. A partir de 2006, a maior parte dos trabalhos foca no ingresso e a permanência dos estudantes no ensino superior.

Segundo Wellichan e Souza (2017):

Os movimentos pela educação precisam continuar em todos os níveis e em paralelo as instituições de ensino precisam ser atualizadas para receber essa parcela da população que cresce e necessita de oportunidades. A reestruturação do ensino superior precisa ser urgente e embora já apresente avanços ainda estão longe de atender na totalidade. Há muito o que ser feito em termos estruturais, físicos e principalmente nas ações pedagógicas e na gestão, uma vez que são essas as grandes responsáveis pela inclusão desse público no ensino superior (WELLICHAN; SOUZA, 2017, p. 162).

A inclusão no Ensino Superior ainda é recente no país, por esse motivo os dados encontrados não são conclusivos. Eles são apenas algumas considerações que permitem contribuir para as discussões na área. Trata-se de um tema que necessita de um aprofundamento de estudos, a fim de legitimar os direitos do aluno com deficiência visual pela qualidade e não só pela quantidade de alunos que acessam o Ensino Superior.

É preciso que as instituições de educação superior sejam lugares onde se possa ressignificar a prática cotidiana. As instituições devem ser lugares onde se possa analisar como e por que as discriminações e a estereotipação atribuídas — não só à pessoa com deficiência

visual, mas a todas as pessoas com necessidades educacionais especiais — surgem, são legitimadas e contribuem para a exclusão desses sujeitos. Neste sentido, é necessário refletir sobre a inclusão desses sujeitos na educação superior.

As pessoas com deficiência visual são pessoas que possuem somente uma deficiência; logo, precisamos romper com estes processos que os discriminam e não lhe dão a oportunidade de progredir em suas trajetórias educacionais (COUTINHO, 2011).

Referências

ANDRÉ, M. E. D. A. de. A produção acadêmica sobre formação de professores: um estudo comparativo das dissertações e teses defendidas nos anos 1990 e 2000. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 1, n. 1, ago./dez. 2009. Disponível em: <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br/artigo/exibir/1/7/1> Acesso em: 26 fev. 2018

BRASIL. **LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. **LEI Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em: 13 dez. 2017.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm. Acesso em: 15 dez. 2017.

BRASIL. **LEI Nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 15 dez. 2017.

BRASIL. Portaria n.º 3.284 de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. Brasília: Ministro de Estado da Educação, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2017.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. 2004. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 16 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 5 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 10 jan. 2018.

BUENO, José Geraldo Silveira. Deficiência e ensino superior: balanço das dissertações e teses brasileiras (1987/2006). In: VICTOR, Sonia Lopes; DRAGO, Rogério; FRANCISCO, José (org.). **A educação inclusiva de crianças, adolescentes, jovens e adultos: avanços e desafios.** Vitória: EDUFES, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/802/1/livro%20edufes%20Educa%c3%a7%c3%a3o%20inclusiva%20de%20crian%c3%a7as%2c%20adolescentes%2c%20jovens%20e%20adultos%20avan%c3%a7os%20e%20desafios.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CASTRO, S.F. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras.** 2011. 278 f. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, 2011.

CORDEIRO, Maria Fernanda; IURK, Mônica Candéo; FERREIRA, Taís Maria. Iconografia em sala de aula para deficiente visual: métodos e técnicas artísticas como Affordances para a construção da imagem corporal. **Revista Digital Publijor**, 2019. Disponível em: https://uniscal.edu.br/wp-content/uploads/2019/08/PubliJor__Maria_Fernanda_Monica_Tais.pdf. Acesso em 16 nov. 2019.

COSTA, A. E.; SANTOS, C. M.S.J. Necessidades Especiais no Ensino Superior: Inclusão ou Exclusão? **Fragmentos da Cultura**, v. 23, n. 2, p. 185-194, Goiânia, 2013.

COUTINHO, MÁRCIA MARIA DE AZEREDO. **A inclusão da pessoa com deficiência visual na educação superior e a construção de suas identidades.** 2011. 104 f. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8200-a-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia-visual-na-educacao-superior-e-a-construcao-de-suas-identidades.pdf>. Acesso em 13 dez. 2017.

INEP. **Censo escolar da educação básica 2016:** notas estatísticas. Brasília: Governo Federal, 2016. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf. Acesso em: 10 jan. 2018.

PORTAL MEC. **Declaração de Salamanca:** sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Espanha: 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

PORTAL MEC. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2008. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2018.

PORTAL MEC. **Programa Incluir: acessibilidade à educação superior**. 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 jan. 2018.

PLETSCH, I.; LEITE, L.P. Análise da produção científica sobre a inclusão no ensino superior brasileiro. **Educar em Revista**, v. 33, n. 3, p. 87-106, Curitiba, 2017.

SILVA, M.G.M; VELOSO, T.C.M.A. Acesso nas Políticas da Educação Superior: Dimensões e Indicadores em Questão. **Revista da Avaliação do Ensino Superior (Campinas)**, v.18 n. 3, Sorocaba, 2013.

WELLICHAN, Danielle S. Pinheiro; SOUZA, Camila da Silva. A Inclusão na prática: aluno com deficiência no Ensino Superior. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v.21, n.1, p. 146-166, 2017. Disponível em:
<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9786/6596>. Acesso em: 25 mar.2018.

UNESDOC. **Declaração Mundial sobre Educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem** Jomtien, 1990. Estados Unidos da América: Digital Library, 1998. Disponível em : <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em:13 dez. 2017.